

IDUMENTÁRIA E REPRESENTAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE COLONIAL DO SÉCULO XVII: REPRESSÃO, TRANSGRESSÃO E SENSUALIDADE.

Letycia Nayran Santos Sobral¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar o papel de representação, como também de exclusão da mulher no contexto colonial do século XVII, a luz da análise dos diferentes discursos que procuravam normatizar a sexualidade feminina destacando a questão da mulher no período analisado. Inicialmente contextualizou-se a representação feminina na História do Brasil abordando os principais motivos que contribuíram para o silêncio a cerca dos relatos históricos femininos. Logo após discutiu-se a respeito das inovações no campo da historiografia pela ação de diferentes correntes teórico-metodológicas, com o intuito de propor melhores formas de inclusão da mulher no processo histórico. A questão aqui abordada foi a condição feminina no contexto colonial de acordo com sua classe social. Demonstrou-se assim como as mulheres expressavam sua sensualidade em um ambiente de repressão e exclusão, por meio de suas indumentárias. Utilizou-se como fonte a documentação de “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II a respeito dos prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil”, assim como bibliografia a respeito do assunto a fim de contribuir aos estudos deste tema.

Palavras-chave: Mulher; Período Colonial; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O que nos revela as diferentes formas de abordagem da imagem feminina no âmbito da História do Brasil? Quais os temas mais explorados no tocante a presença e atuação feminina na história nacional? Quais os meios e critérios utilizados para nos contar a relação mulher/História? De que forma tal História vem sendo construída? Questionamentos como estes têm contribuído para um maior e melhor aprofundamento das pesquisas históricas acerca

¹Graduanda em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edna Maria Matos Antônio. E-mail para contato: letyciasobral@hotmail.com.

do devir social feminino ao longo dos tempos, proporcionando um olhar mais sensível e atento sobre a relação tempo e mulher.

Nesta perspectiva, este artigo procura discutir o processo pelo qual se configurou a construção do papel secundário feminino, entendendo como os valores socialmente construídos influenciaram para a escrita de uma história excludente em relação ao universo feminino. Com tal intuito procurou-se investigar o contexto de formação da imagem feminina perante a História do Brasil analisando as contribuições da história positivista do século XIX. Percebe-se uma visão totalizante masculina dos fatos históricos, que acaba contribuindo para o fortalecimento deste contexto de exclusão da mulher. As inovações dos Annales na década de 1930— especificamente em sua terceira geração — a chamada *Nouvelle Historie*, junto aos mais diversos esforços historiográficos resultaram na ação de diferentes correntes teórico-metodológicas. As mesmas propiciaram a maturação dos debates acerca dos processos de inclusão das mulheres na história, a fim de propor diagnósticos e soluções na busca por formas de preencher as lacunas a respeito do devir histórico feminino ao longo dos tempos.

Com o intuito de compreender a situação das mulheres no contexto colonial explanamos alguns pontos julgados essenciais, para entender o espírito social da época e aos discursos normatizantes em relação à repressão do universo e da sexualidade feminina. Entende-se que independente de sua cor ou classe social as mulheres foram altamente discriminadas, tanto pela legislação como pelas práticas sociais que acentuaram o caráter subalterno destas. A fim de esclarecer tal questão procuramos abordar alguns pontos considerados fundamentais para esta compreensão: a escassez da mulher branca na sociedade colonial, a situação da mulher pobre escrava ou livre e o vestuário colonial feminino. A análise de tais elementos e situações nos permite analisar as diferentes formas de resistência feminina a uma sociedade com valores misóginos e impregnados de discursos inflamados a respeito da condição negativa a elas imposta.

Tomando como exemplo a situação feminina durante o período colonial, seja por total exclusão aos ambientes públicos, seja por sua total exposição na sociedade, temos este como um dos maiores exemplos de vigilância em repressão à condição feminina. Esta ideia é abordada e defendida por diversos pesquisadores do período, que buscam respostas a respeito da divisão dos papéis sociais sexualmente estabelecidos e notórios nos tempos de hoje, nas suas raízes da época colonial.

1. A HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL

A escrita da história desde os primórdios anulou a possibilidade da presença feminina em sua narrativa ao transpor os valores culturais excludentes das sociedades por essa área do conhecimento analisadas. Permitindo desta forma, acabar por perpetuar visões deturpadas acerca das particularidades dessas mulheres e de seus valores. Segundo Georg Duby e Michele Perrot “As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história.” (1991:7).

A sua atuação estava atrelada especificamente ao convívio da vida privada, familiar e aos afazeres do lar. Os temas relacionados ao feminino estavam carregados de generalizações e suposições superficiais a respeito de seu papel socialmente pré-estabelecido em todo o processo histórico. Nesta perspectiva Margareth Rago afirma que:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente para pensar o sujeito universal, ou ainda as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas (RAGO, 1995:81).

Em busca de uma abordagem mais sensível acerca da representação do universo feminino no contexto histórico, devemos observar as razões primeiras para tal silêncio historiográfico e as inovações surgidas dos mais diversos discursos teórico-metodológicos a fim de solucionar a questão tão problemática na relação tempo/mulher.

Percebe-se que a escrita da história por muito tempo cultivou alguns resquícios da história positivista do século XIX, o que impactou na deficiência da análise histórica mais profunda, preocupada em direcionar seu olhar para os novos agentes históricos, entre eles o feminino, pois esta versão da história comprometida com a formação dos grandes estados nacionais é o que revelava à primazia de personagens heroicos masculinos. Em nome do cientificismo e da exatidão à escrita histórica, acabou por negligenciar o universo feminino. Sendo assim observamos que:

A história positivista, a partir de fins do século XIX, provocou um recuo nessa temática, em função de seu exclusivismo interesse pela história política e pelo domínio público. Privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem (CARDOSO; VAINFAS, 1997:400).

Desta forma, a história campo de domínio masculino perpetuou uma imagem feminina por eles idealizada, já que a construção do saber histórico era uma área por eles dominada.

Destacavam-se assim mulheres heroínas, rainhas, dentre outros exemplos, como forma de referencial de todo um universo caracterizado por suas particularidades que se referem às experiências pessoais e a visão de mundo dessas mulheres.

No entanto, a questão feminina no contexto da história como um objeto de estudo foi ampliado com os *Annales* na década de 1930 – especificamente em sua terceira geração – a chamada *Nouvelle Historie*. Uma das grandes contribuições da chamada *Nouvelle Historie*, concretiza-se em relação ao alargamento das fontes. Esta inovação contribuiu de forma significativa no campo de análises referente à história das mulheres, pois acabou por possibilitar a utilização das chamadas fontes secundárias, como correspondências familiares, diários, fotografias, registros de memória entre outros, onde encontramos em maior número os registros femininos. Neste sentido a historiografia em relação ao universo feminino é ampliada e as mulheres passam a serem observadas em todos os seus campos de atuação. Desta forma emergem análises mais concretas a respeito dos diferentes contextos sociais em que foram inseridas e o mundo material ao qual fazem parte. Nota-se que:

[...] mesmo tendo mantido as mulheres fora das preocupações centrais, a Escola dos *Annales*, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade etc. temas que permitiram a inclusão das mulheres na história. (SILVA, 2008:224).

Entretanto não é impossível observar a resistência feminina diante das privações sociais impostas a elas. Os artifícios e manobras utilizadas pelas mulheres ao longo dos tempos para fugir destas restrições ou limitações discursivas torna-se o ponto de diretriz mais interessante para analisarmos a real forma de impacto das ações femininas. Muitos estudos mais profundos apontam para a existência de uma figura feminina subversiva a ordem vigente e tentando sobreviver de acordo com as possibilidades que lhe são impostas.

Atualmente no Brasil o campo da história das mulheres vem crescendo de forma significativa, inúmeras perspectivas e estudos em relação à mulher e todo o universo ao qual fazem parte configuram-se em impactantes análises causando um deslocamento na forma de observar o universo social feminino.

Neste sentido a historiadora e pesquisadora Mary Del Priore torna-se um exemplo na escrita dessa nova história de gênero feminino. A obra *História das Mulheres no Brasil*, organizada por Del Priore reúne vários textos de pesquisadores que se orientam por essa diretriz, refletindo em seus textos as mulheres em suas mais variadas realidades ao longo do tempo. Segundo a história das mulheres ela afirma:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura e das suas imagens frente à sociedade. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e praticaram da sua loucura, dos seus amores e de seus sentimentos. (DEL PRIORE, 2004:7).

O real problema da história da mulher ou a história de qualquer grupo excluído das análises históricas, não reside de certa forma na observação das normas sociais a eles impostas, pois estas fazem parte do universo ao qual estão inseridos, mas sim em repercutir esses discursos de naturalização comportamental e generalizações a respeito das ações dos grupos humanos. Deve-se problematizar a dimensão que estas imposições tomam forma na vida de seus agentes históricos e como reagem a elas assim irão surgir abordagens mais interessantes e ricas na observação dos mais diferentes aspectos.

Segundo Louise A. Tilly, “a contribuição da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado-motor da história social– na direção das mulheres e dê suas relações sociais e políticas.” (1994:35). Neste sentido observamos a imensa mobilização historiográfica acerca do tema mulher em suas inúmeras correntes teórico-metodológicas, que procuram a melhor forma de estudar o feminino incluindo-o no processo histórico.

2. AS MULHERES NO CAMPO HISTÓRIOGRÁFICO

A respeito dos diversos recursos teórico-metodológicos utilizados para propor uma melhor inserção da figura feminina no âmbito histórico, observam-se a ação e esforços de inúmeras correntes teóricas metodológicas para dar respaldo a esta nova forma da reivindicação da mulher. Mesmo que diferentes em suas explicações e motivações, o objetivo primordial destes movimentos teóricos revela-se o mesmo: dar respaldo e uma maior visibilidade às mulheres no campo histórico.

Mas afinal de contas qual o ponto de partida, qual o impulso inicial para que as relações entre a mulher e o tempo passassem a ser observada de forma mais crítica? O que mudou para que tal perspectiva fosse possibilitada? Somente uma mudança social profunda para alterar a ordem vigente transformando assim as formas de se pensar a respeito da atuação feminina.

As duas grandes guerras do século XX provocaram alterações profundas no tempo e no que se refere à ordem vigente em relação à submissão das mulheres aos homens. A falta da mão-de-obra masculina foi um ponto crucial para operar esta transformação. Na ausência da figura masculina, as mulheres puderam se reinventar atuar nas mais diversas áreas de atuação, assumindo assim novos papéis na sociedade, o que alterou o antigo discurso que privava as mulheres da igualdade de direito e diminuía o seu campo de atuação na sociedade.

Neste sentido, temos primeiramente que observar a atuação do movimento feminista de forma pioneira, que através de seus postulados revelou suas preocupações a respeito do campo de atuação da figura feminina na sociedade. Primeiramente tais estudos preocuparam-se em responder a seus questionamentos na busca de similaridade entre homens e mulheres ou em épocas mais posteriores revelar as diferenciações entre estes. É de suma importância lembrar que as ideias advindas do movimento feminista são fruto de seu tempo e estão intimamente ligadas a responder questões urgentes de sua época e contexto ao qual estão inseridas.

Mesmo diante da existência de novas correntes teóricas metodológicas que pretendem ir mais a fundo, no tocante a escrita da história das mulheres não podemos esquecer que inúmeras foram às contribuições do movimento feminista para se pensar a emergência do discurso historiográfico feminino embora suas primeiras preocupações tenham dedicado a identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas já que esse movimento tomou como referência a história social, fortemente marcada pelo marxismo:

As feministas lutaram primeiro para tornar visíveis as experiências femininas que tinham sido apagadas da história [...]a descoberta da história das mulheres misturou-se assim com as análises das suas condições e com as da significação da diferença sexual para redefinir e legitimar um sujeito mulher: estabelecendo os elementos comuns na base dos quais as mulheres se podiam identificar umas com as outras, construindo uma memória específica de gênero. (DUBY, PERROT, 1991:600).

No sentido de aprofundar sobre a questão feminina, agora reconhecendo a formação de uma cultura do feminino e de sua atuação no processo histórico, surge a história social, preocupada em estudar a categoria mulher. Porém preocupa-se menos com a problematização da ação cultural a interferência do meio social em que vivemos na composição dos sujeitos históricos e de suas formas de resistência para responder situações de sua época.

Entretanto, se de um lado se ganha com a emergência desta produção acadêmica, de outro, é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem teórico metodológica extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos consiste invejável e, até mesmo, uma dose de onipotência. Na verdade, se esta tendência

historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos “vencidos”, produzindo seus silêncios ou vitimizand-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganham visibilidade da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroizações da história positivista. (RAGO, 1995:85).

As inovações propostas pela história cultural neste contexto propõem solucionar as questões voltadas para a valorização dos sujeitos históricos. Essa nova corrente teórica metodológica, prioriza o impacto ação das construções simbólicas e culturais dos agentes históricos em suas experiências de vida.

Já para a história “genealógica”, ou de tendência Foucaultiana, como quer que rotulemos, o sujeito aparece como efeito, como subjetivação resultante “das práticas discursivas que o codificam e de tecnologias disciplinarizantes que os esquadriham e normatizam. Se há uma forte preocupação em mostrar como construímos nossos problemas e de que maneira os resolvemos. O caminho escolhido não privilegia as ações dos indivíduos ou de grupos sociais. (RAGO, 1995:87).

Outra forma de análise a respeito da história feminina emerge como melhor forma de posicionamento referente a este universo perante a história: a categoria de gênero. A questão de gênero identifica-se, tem uma aproximação íntima com os primeiros postulados da história cultural, ao levar em conta a atuação dos sujeitos históricos baseadas no reflexo de sua visão de mundo. Neste sentido, em meio a estas inúmeras propostas de direcionamento historiográfico revelam-se promissoras no tocante a emergência dos temas relacionados à mulher, embora tenham de alguma forma passíveis de críticas, elas foram responsáveis em promover a maturidade desta questão.

3. AS MULHERES NO PERÍODO COLONIAL

Na perspectiva assinalada por Emanuel Araújo (2004), podemos ter uma noção de que a situação das mulheres durante período colonial não era das melhores. Para observar esta faceta da história feminina é importante mergulhar neste universo do cotidiano feminino colonial, observando a estrutura social e os quadros mentais a qual foram inseridas. Neste sentido a sociedade colonial na crença da intrínseca relação entre a figura feminina e o pecado acabou por estabelecer o papel destas em seus mais diversos campos de atuação:

A mulher estava condenada, por definição a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade

futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca, já que a mulher partilha da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada. (ARAÚJO, 2004:46).

O processo de formação da sociedade colonial brasileira está comprometido intimamente com a heterogeneidade e a miscigenação de seus povos. A presença de um Estado que impunha um modelo social e religioso a sua comunidade, e a total diversificação populacional em todos os seus aspectos, ocasionou a implantação das mais relativas formas de convivência e trocas culturais dentro de um mesmo território. A condição subalterna da mulher na sociedade colonial era uma herança de antigas tradições enraizadas:

A atitude de inferiorização e exclusão da mulher não deve ser atribuída apenas à tradição européia, mas a influência árabe na Península Ibérica e sua prática de isolamento feminino, e à própria cultura indígena, com sua imagem de mulher como ser funesto e a definição da descendência pela linha paterna. (WEHLING; WEHLING, 1999:278).

Uma das primeiras vertentes de análise para se entender a figura feminina perante o contexto social foi, sem dúvida, o discurso eclesiástico:

Era preciso enfeiar o corpo para castigá-lo. Os vícios e as “fervenças da carne”, ou seja, o desejo erótico tinha como alvo o que a Igreja considerava ser “barro, lodo e sangue imundo”. Onde tudo era feio porque pecado. Isso, porque a mulher – a velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada, nesses tempos, como um veículo de perdição da saúde e da alma dos homens. “Aquela bem aparecida”, sinônimo no século XVII para formosa, era a pior! (DEL PRIORE, 2011:19).

A igreja uma das principais instituições formadoras do espírito colonial e que interferia em todas as relações familiares. Ao identificar a mulher como símbolo do pecado é uma das principais difusoras dessa teoria da desigualdade em relação a homens e mulheres, responsáveis pelo aprisionamento ou tentativa de aprisionamento da sexualidade feminina, pois nos séculos XVI e XVII a luxúria e o desejo eram argumentos de peso para a condenação humana.

[...] Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçavam o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (ARAÚJO, 2004:45).

Mesmo com a ação de toda uma estrutura de repressão, existiam momentos em que as mulheres se libertavam das amarras sociais que lhes eram impostas:

O ideal do adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro. A igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes com algum sucesso, mas nem todo mundo

aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. (ARAÚJO, 2004:53).

Outro ponto interessante para problematizar a condição feminina no contexto colonial é o discurso médico. A análise das convicções médicas a respeito dos usos e funções do corpo feminino contribuiu na percepção de como a mulher se relacionava com o seu corpo e como o via e sentia, a respeito destas diversas concepções. O universo médico colonial neste sentido formou-se a partir da concepção portuguesa referente à ação sobrenatural a cerca da doença e visão mágica do corpo. Da africana temos a presença dos talismãs, amuletos e fetiches e dos indígenas as referências fazem-se presentes nas tradicionais cerimônias de cura e o conhecimento sobre a flora medicinal brasileira.

A lógica da medicina entre as pessoas mais pobres residia na procura por outros meios de curar suas enfermidades, sendo assim surgiam as mais diversas alternativas de automedicação com referência nos diversos valores e crenças da população colonial, resultado da diversidade de seus povos. Neste contexto, temos a figura feminina atuando nesta esfera como curandeiras, benzedeiras, parteiras entre outros, reconhecidas como os médicos dos pobres e desta forma adquiriam certo respeito do povo. Um tipo de colaboração surgia assim entre as mulheres pobres escravas livres ou forras para as quais o socorro médico era inacessível que tratavam das enfermidades umas das outras.

Para a medicina e para a Igreja a comunicação com o sobrenatural era privilégio de poucos e por diversas vezes tentaram impedir o acesso destas ao mundo sobrenatural através das mais diversas perseguições identificando estas mulheres como feiticeiras. “Origem de consolo para as classes desfavorecidas, as ‘fontes milagrosas ou operações mágicas’ revelava uma outra racionalidade, repousada na crença de que certas pessoas, ou coisas, detinham poderes sobrenaturais em relação aos usos do corpo”.(DEL PRIORE,2004:91).

Outra vertente da medicina colonial, com o seu total ou parcial desconhecimento do corpo feminino utilizava argumentos eclesiásticos para suprir suas deficiências. As enfermidades quando identificadas em mulheres, por exemplo, eram vistas pelos médicos como advertências divinas a atitudes pecaminosas.

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. (DEL PRIORE, 2004:78).

Aos olhos da medicina a procriação constituía-se no ápice da vida da mulher apenas exaltada de forma positiva ao que se tratava à procriação. Todas as características do corpo

feminino foram observadas na forma de um discurso meramente fisiológico nesta concepção atribuía-se ao bom funcionamento do útero a saúde feminina. Durante o século XVIII o discurso médico opera uma nova forma de controle a respeito da sexualidade feminina, a questão agora reside em exaltar a fragilidade feminina. A descrição anatômica dos corpos feminino e masculino não se preocupava em observar as diferenças a fim oferecer tratamentos e cuidados específicos para ambos os gêneros, mas ocorria uma distorção das particularidades do corpo feminino a fim de desqualificá-lo, o que ocasionou um impacto negativo a respeito da figura feminina já que o discurso médico a esta época detinha certo estatuto de respeito e autoridade. Desta forma, o discurso médico acabava por legitimas os valores sociais discriminatórios em relação à figura feminina, como se percebe:

O desconhecimento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino acabava abrindo espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher. A misoginia do período a empurrava para um território onde o controle era exercido pelo médico, pai ou marido. (DEL PRIORE, 2004:84).

3.1. A ESCASSEZ DA MULHER BRANCA

Segundo Arno Wehling e Maria José C. M, Wehling a situação da mulher branca no período colonial como vimos, “estava intimamente ligada à sua reclusão em relação aos espaços públicos, pois a mulher virtuosa a rigor só deveria sair de casa em poucas ocasiões: para ser batizada, frequentar missas, casar e ser enterrada. ” (1999:278).

O motivo da relativa baixa da presença do elemento branco feminino na colônia reside principalmente na não colonização imediata do novo mundo. No século XVI o caráter aventureiro da vida remota em local desconhecido desestimulava a imigração e o estabelecimento familiar, neste sentido, a colônia era vista como local de enriquecimento imediato objetivando o regresso a Portugal.

Os planos do branco português era reproduzir na colônia os valores estamentais de sua sociedade, garantido assim privilégios, acessos a cargos públicos e títulos honoríficos. Desta forma eram avessos à propagação da mestiçagem. O temor da escassez de mulher branca trazia a tona o medo da redução deste gênero em uma sociedade colonial avessa à propagação da mestiçagem por pregar a pureza étnica e a limpeza de sangue dificultando assim a formação de uma rica e poderosa nação tendo por base uma grande população segundo os preceitos mercantilistas.

Logo as autoridades governamentais e eclesiásticas incentivavam os casamentos, objetivando a procriação, discordando da mestiçagem e da união não formalizada pelo casamento. Assim, “Os jesuítas no século XVI lastimavam a escassez das mulheres brancas, pois isto favorecia o concubinato e as uniões múltiplas, chegando Manuel da Nóbrega a pedido envio subsidiado de mulheres “mesmo de mau proceder.” (WEHLING; WEHLING, 1999:242).

A igreja também se pronunciava a respeito dos aspectos negativos da ausência de mulher branca na sociedade colonial, pois esta instituição preocupada em fortalecer sua influência e presença na colônia tinha nos enlaces matrimoniais uma atividade lucrativa cobrando altos preços para celebrá-los.

O interesse comercial do casamento por diversas vezes acabou por prejudicar sua realização, pois era significativo o número de pessoas que adiavam ou mesmo desistiam desta celebração religiosa alegando dificuldades financeiras fortalecendo assim a existência do convívio não oficial entre homens e mulheres o que era condenado pela Igreja.

Neste contexto, as mulheres celibatárias ou as que seguiam a vida religiosa, pelos mais diversos motivos não eram vistas com bons olhos, pois abdicavam da função primordial feminina, a única condição nobre e redentora da mulher ao pecado original: a procriação.

A internação em conventos e recolhimentos femininos tornou-se comum no século XVIII, pelo menos na Bahia e Minas Gerais e Rio de Janeiro, resolvendo o problema de pais preocupados com o futuro das filhas ou com os custos do dote. Outros motivos para a entrada nos recolhimentos foram à viuvez, o desejo de levar uma vida religiosa, o comportamento desonroso (quando imposta a reclusão à mulher pelo pai ou pelo marido) ou a desistência da prostituição. (WEHLING; WEHLING, 1999:279).

No século XVI a moral social parece ter oscilado um pouco em períodos onde a presença do elemento branco feminino era escassa houve um afrouxamento às formas de convivência não sacramentadas. “o concubinato ou amancebamento consistia em uma ilícita conservação do homem com mulher continuada por tempos consideráveis” (ARAÚJO, 1993:238). Já no século XVIII onde a presença do elemento branco feminino tornava-se mais expressiva, a vigilância aos costumes desviantes se fez de forma mais severa.

A transgressão aos costumes morais, aliás, foi algo permanente na sociedade colonial perpetuada nas mais diversas classes sociais e instituições. A presença do concubinato ou amancebamento, por exemplo, fazia-se presente em meio aos clérigos representantes da instituição religiosa que condenava tal costume. “A vizinhança já sabia: quando um clérigo

aparecia como padrinho dos filhos de uma mesma mãe solteira, não havia dúvida de ele ser o pai “desconhecido” de seis afilhados” (ARAÚJO, 1993:246).

3.2. A MULHER POBRE LIVRE OU ESCRAVA

A sociedade colonial com seus valores hierárquico e com um olhar pautado na desvalorização feminina, não proporcionou condições favoráveis à atuação das mulheres pobres escravas ou não. A mulher pobre representava o maior número na população feminina colonial, logo era mais exposta na sociedade e sobre ela têm-se poucos relatos os relatos que giravam em torno das atividades por ela executadas: a atividade comercial e a ela por diversas vezes atreladas à prostituição. O ambiente das vendas caracterizou-se por ser um campo de atuação circunscrito às mulheres pobres. “As vendas eram quase sempre o lar de mulheres forras (alforriadas) ou escravas que nelas trabalhavam no trato com o público.” (FIGUEIREDO, 2004:145).

A presença feminina foi um fenômeno muito significativo no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial. Dentre as atividades comerciais dominadas pelas mulheres pobres escravas ou livres, observamos a presença das quitandeiras e das “negras de tabuleiro”. A atuação dessas mulheres girava em torno do comércio ambulante. Negras, mulatas, forras ou escravas que circulavam pelo interior das povoações e arraiais com seus quitutes, pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão dentre outros, fazendo assim a sua atividade tornar-se de grande importância, pois promoviam a circulação dos gêneros de primeira necessidade.

As quitandas, outra faceta da esfera comercial feminina assim como a atividade ambulante das negras de tabuleiro, tinham em torno de si as mais diversas formas sociabilidades das populações a que estavam agregadas, prostituição praticada muitas vezes como forma complementar ao comércio ambulante, aquisição de gêneros para o abastecimento de quilombos e no caso de Minas Gerais, o contrabando de pedras preciosas furtadas por escravos. A respeito deste outro ambiente comercial e de suas mais variadas interações sociais afirma-se que:

O ambiente em torno das vendas lembra o de uma autentica taverna. Diferentes grupos da comunidade local reuniam-se nas vendas para beber, consumir gêneros pouco comuns, divertir-se e, por que não brigar. Por ali passavam oficiais mecânicos, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros, escravos, mineradores, homens forros (FIGUEIREDO, 2004:146).

Muitos estudiosos afirmam que a divisão sexual dos papéis sociais entre homens e mulheres nos tempos atuais, teve sua formação durante a época colonial onde contribuíram a presença dos costumes e hábitos portugueses e africanos para tal configuração. A sociedade hierárquica e escravocrata colonial contribuiu de forma acentuada para o estabelecimento da inferiorização feminina ao restringia as mulheres brancas a esfera do lar e a enxergar as mulheres pobres escravas ou livres como objeto de trabalho e prazer.

A prática da prostituição manifestava-se de forma voluntária ou involuntária, e tornou-se um fenômeno de grande dimensão e visibilidade social: havia pais que consentiam a prostituição de suas filhas, escravas obrigadas a se prostituírem por seus senhores e aquelas mulheres que utilizavam essa prática como forma de complementar ao comércio ambulante.

4. AS INDUMENTÁRIAS COLONIAIS

O vestuário concretiza-se em um objeto plausível à pesquisa histórica, pois este evidencia hábitos, condições econômicas e valores de uma determinada sociedade ao longo do tempo. Assim, não o foi diferente na sociedade colonial, porém o interessante reside em mostrar em que condições e características particulares foram desenvolvidas a dinâmica de utilização deste artigo e sua simbologia para responder a necessidades do contexto ao qual pertencem.

Na sociedade colonial onde os mais diversos discursos para afirmar a condição subalterna feminina, estas faziam uso do vestuário ou sua falta como forma de se libertar das amarras sociais imporem sua presença, chamar atenção e ser admirada em sua sensualidade através desse. Desta maneira, as mulheres utilizavam suas vestimentas para as mais diversas situações e finalidades, eram: “Trajes sumários, trajes excessivo, trajes descompostos, todos eram artifícios culturalmente aceitos e admirados para incitar o desejo masculino, confirmar posição social e sublinhas a sedução do feminino.” (ARAÚJO, 2004:55).

Além dos trajes femininos eram utilizados com tal propósito penteados leques, jóias entre outros adereços para acentuar a sensualidade entre as mulheres abastada, e no caso das mulheres de classe pobre ou escrava, a exposição de seu corpo muitas vezes ganhava forma na dança através do batuque que apesar de ser condenado pela igreja teve grande difusão no Brasil colonial.

Em relação aos trajes coloniais femininos, nota-se uma verdadeira diversidade de significados em relação aos seus usos e costumes. Entre as mulheres de condição social mais elevada distinguiram-se os trajes utilizados em ocasiões mais formais e aqueles utilizados na esfera do lar. Já as mulheres mais pobres predominavam vestimentas simplórias e de qualidade inferior para as mais diversas ocasiões. Segundo pesquisas mulheres em seu momento íntimo, resguardadas as dependências de sua residência, demonstravam certo abandono em relação aos cuidados com sua aparência, sejam as que viviam cercadas de escravas ou as que apenas descansavam após o trabalho. Segundo o historiador Emanuel Araújo, “dentro de casa mulheres do período colonial caracterizava-se por vestirem-se com total desleixo, descaso e desmazelo” (2004:55).

Neste contexto o tecido tornava-se um elemento muito importante para acentuar a sensualidade feminina, também se prestava a outros propósitos de acordo com os valores hierárquicos sociais através da demonstração de sua qualidade e confecção. Sendo assim:

O tecido e a forma do vestido indicavam o mundo em que vivia a mulher: as abastadas exibiam sedas, veludos, serafinas, casa, filos, debrudados de ouro e prata, musselina; as pobres contentavam-se com raxa de algodão, baeta negra, picote, xales baratos e pouca coisa mais; as escravas estavam limitadas a uma saia de chita, riscado ou zuarte, uma camisa de cassa grossa ou vestido de linho, ganga ou baeta. (ARAÚJO, 2004:54)

Para as mulheres que viviam reclusas a esfera de seus lares tinha nas missas e festejos religiosos a oportunidade para exibir suas vestimentas e adereços, libertando-se em todos os sentidos das amarras sociais que lhes eram impostas. Desta forma, eram abertos espaços para todos os tipos de conquistas, cortejos ou transgressões neste ambiente propiciado pela aproximação entre homens e mulheres, altamente vigiada em outros contextos.

Outra questão a respeito da forma como as mulheres coloniais costumavam se vestir foi à utilização de trajes por negras, mulatas ou mamelucas que não condiziam com sua condição social. No século XVIII a vaidade feminina parece ter aumentado estendendo-se às escravas que acompanhavam suas senhoras, muitas senhoras por pura exibição e preocupação em ostentar sua condição social elevada saía às ruas acompanhadas de suas negras bem vestidas e arrumadas como também para empurrá-las à prostituição fazendo desta uma atividade lucrativa.

Muitas foram as mulheres que não seguiam as recomendações religiosas a respeito da cautela que estas deveriam ter a vestir-se com certo tipo de roupa que despertasse o desejo masculino evitando assim maiores desordens. A igreja recomendava que a mulher se vestisse com decência, que evitasse mostrar o pescoço e o colo e, os pés considerados

altamente eróticos. Em relação aos pés, esta última exigência tornava-se difícil, pois a falta de calçado uma característica no contexto colonial. Tal artigo configurou-se em artigo de luxo resguardado aos mais abastados devido seu alto custo.

De acordo com os dogmas religiosos da época colonial a respeito do controle da sexualidade feminina observamos os mais diversos motivos de tal ato tornar-se fortemente condenado pela Igreja já que segundo esta instituição o comportamento luxuoso feminino culminava em subverter a ordem hierárquica social e por fomentar atitudes pecaminosas que desagradavam a Deus.

A vestimenta feminina torna-se desta forma um elemento simbólico de sua resistência à repressão e manifestação de sua liberdade sexual. Mulheres pobres escravas ou livres e aquelas mais abastadas fizeram uso deste artifício como forma de se imporem seja pelo luxo ou pela prática da sedução, em uma sociedade que lhe silenciava através dos mais diversos discursos pejorativos a respeito de sua imagem. Marca da particularidade feminina, as vestimentas utilizadas por diferentes mulheres em seus diferentes contextos. Pode ser entendido como uma forma de demonstração de superioridade, mas por outro lado a representação subversiva de tal ato não deve ser negligenciada.

5. PREJUÍZOS MATERIAIS E ESPIRITUAIS QUE RESULTAM DO LUXO COM QUE SE VESTEM AS MULATAS, NEGRAS E MAMELUCAS DA BAHIA E DE TODO O BRASIL

Ao analisar o documento “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil”, de 30 de janeiro de 1696, percebe-se que o teor deste documento ocupa-se de forte argumentação moral e religiosa cabíveis aos valores sociais da época na tentativa de controlar a sexualidade feminina, característica esta marcante em todo o contexto histórico analisado.

A menção a respeito da relação entre Igreja e Estado se faz presente no teor de todo o documento. Como vimos anteriormente a sociedade colonial caracterizou-se pela presença de um Estado que impunha um modelo social e religioso a sua heterogênea população, resultando assim sua estrutura elitista, escravista, hierárquica e de forte presença moral religiosa, que a tudo influenciava e legitimava. As relações entre igreja e Estado foram

baseadas por certo cooperativismo ou ajuda mútua aos propósitos e interesses de ambas as instituições. Assim a ação religiosa trabalhou inicialmente com os indígenas do novo mundo objetivando conquistar novos adeptos ao transmitir a estes seus dogmas e ensinamentos religiosos ao mesmo passo que os preparava aos interesses do Estado Português. Mesmo em questões onde estes dois poderes discordavam no íntimo de suas reais intenções os discursos complementavam-se ocasionando uma veracidade recíproca.

Exemplificando uma situação de acordo mútuo entre essas duas instituições temos o casamento, defendido pelo estado dentro da lógica mercantilista de que um estado rico e poderoso tem por base uma grande nação aos olhos da Igreja os enlases matrimoniais representavam uma oportunidade da expansão do clero e a participação lucrativa nos casamentos. Embora esta relação tenha se mostrado conflituosa por diversas vezes até mesmo no século XVIII com a política de submissão da Igreja ao estado, a relação entre essas duas instituições mostrou-se na maior parte do tempo cordiais devido ao entendimento de ambas as partes de sua importância como principais instituições formadoras do espírito colonial.

O documento configura-se, desta forma, em um produto dos valores sociais de exclusão da figura feminina onde a vestimenta sugere mais um artifício utilizado por estas como forma de resposta e rebeldia à condição subalterna ao qual foram designadas em uma sociedade que repercutia um discurso punitivo e uma visão pejorativa a respeito do universo feminino.

O uso de artigos e vestimentas de luxo foi sempre um hábito corriqueiro entre as mulheres abastadas da sociedade colonial, porém em um dado momento tal costume transposto para diversas mulheres em suas diferentes condições e classes sociais transforma-se em motivo de incomodo para as autoridades Governamentais além das religiosas talvez por receio que tal pratica culmine em certa insubordinação feminina estas e outras questões ocupa-se o teor do documento explanado.

Uma das questões as quais o documento ocupa-se anteriormente problematizada a questão do luxo com que se vestem as escravas, negras e mamelucas observou-se que tal pratica reside no desejo das senhoras em abastadas em demonstrar a superioridade e soberania de suas famílias através da ostentação de sua riqueza transpondo-a assim as suas cativas ou pelo propósito de levá-las a prática da prostituição. Fenômeno de grande representatividade no período colonial a prostituição pratica ilícita e pecaminosa, pois desagradava à vontade divina, era praticada neste contexto por mulheres cativas ou libertas seja por opção ou não. Ainda como se vestiam consta no documento que:

Costumam os mulatos e mulatas e alguãs negras desta cidade, e seu recôncavo, vestir-se de toda a seda, com escândalo geral dos inconvenientes que rezultão da liberdade, e modo com que se trajam: por que as mulatas, ou negras que são escravas, principalmente de cazas menos ricas, vendose as filhas com huã saya de baeta, e suas escravas tão luzidas, seguem facilmente sem reparo de sua modéstia, aquelle exemplo, e a custa da sua honestidade, querem exceder a suas escravas¹.

A preocupação entre a associação mulher e prostituição reside no uso deste adereço que primeiramente não condiz com a realidade daquela que o utiliza através da pratica da sedução, uma passagem o documento relata a situação das escravas que costumam viver e trajar-se desta forma chamando atenção dos marinheiros tirando-lhes assim o foco da atividade da qual estão envolvidos ocasionando vários prejuízos.

Outra questão reside no mau exemplo que os cativos que utilizem tais vestimentas possam despertar naqueles que vestem e levam a vida de forma mais simples. Nota-se uma gritante preocupação que estes passem a almejar o padrão de vida esbanjado pelos cativos da casa grande ao lado, como se observa:

E os mulatos criados ordinariamente nas cazas de seus senhores que os vestem, como se não foram cativos, e os que são livres, aprendendo sempre ao officios mais leves, dispendem o que adquirem por aquellemeyo, ou por outro menos lícitos, no luzimento de suas pessoas, e huns, e outros se atrevem a levantar os olhos para cazas, em que se tem visto alguns successos indignos, e vay crescendo nelles o brio de maneira, que em tudo querem igualar aos brancos².

A presença destas mulheres de “mau proceder” que se atreviam a entrar na casa de Deus esbanjando esses trajes impróprios à sua condição social são totalmente combatidos. A preocupação com a distração que esse “mau costume” atinja os eclesiásticos esta explicita no documento em questão analisado onde se observa que:

E as mulatas, e negras que são forras, occazionão com as suas galas, e demaziadoaceyo, não so o empenho dos naturais da Bahya, e dos do Reino que vem com seu negocio, mas o que He mais para sentir a distraçam de muitos eclesiásticos simples e regulares, que menos religiosamente faltão as obrigaçoens que huns professão, e outros devem ao decoro do seu habito³.

Desta forma esta Consulta do Conselho Ultramarino do Brasil ao rei D. Pedro II resume-se em uma forma apelativa de Dom João de Lancastro, então Governador da Bahia, para que fosse vetado o uso de tecidos e artigos de luxo por mulatas, negras e mamelucas, pois este hábito acarretava diversas desordens aos moradores da cidade da Bahia e de todo o estado do Brasil.

Pareceo fazer prezente a Vossa Magestadea dita carta para que Vossa Magestade a Mande conciderar na parte a que toca, porque a esta junta pertence só dizer a Vossa Magestade que sera me convencido ao serviço de Deos, e de Vossa Magestade que se Aplique algum remédio efficaz ao

grande danno, que do luxo, e superfluidade dos trages das ditas mulatas, e negras de todo o Estado do Brazil resulta ao bem espiritual das almas. Vossa Magestade determinará o que mais convencido for o seo real serviço⁴.

Discurso de grande apelo à época colonial foi à tentativa de normatizar a indumentária feminina. Já vimos que as mulheres nesse contexto por sua natureza pecaminosa deveriam ser alvo de constante vigilância. Em relação à vestimenta esta vigilância mostrou-se constante, principalmente às mulheres pobres que utilizavam vestimentas de luxo que não condiziam com sua realidade e classe sociais. Observa-se que tal costume despertou a insatisfação de religiosos e demais autoridades governamentais ao passo que a pratica do bem vestir-se circunscrita às mulheres abastadas torna-se possível ao alcance das mulheres pobres. O incômodo se faz presente, pois tal ato demonstrar certa liberdade feminina em uma sociedade de valores misóginos e hierárquicos e demonstra a subversão destas ao romper com a ordem social natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição da realidade feminina colonial não é mera coincidência para que se trace um paralelo entre a escrita da história referente à atuação das diversas mulheres em seus diferentes universos históricos. O perigo ao observamos a história das mulheres de acordo com o perfil social que exercem reside na utilização de padrões e estruturas prontas que acabam por anular a sua expressão diante das situações que tomam vida a seu redor.

A utilização neste artigo de fontes que demonstram um intenso debate entre diversas correntes teórico-metodológicas que diagnosticando os problemas do impacto a cerca da transposição do papel social feminino à escrita de sua história, é propositalmente pensada em demonstrar as mais variadas possibilidades de inclusão do elemento feminino no contexto ao qual pertencem sem a observação de um ser desassociado do processo histórico e a este apático. Agrega valor ao demonstrar as diversas possibilidades de se estudar o gênero feminino e relativizar a visão social a respeito de seu universo particular.

Lembrando que a sociedade colonial brasileira caracteriza-se pela existência e até aceitação mesmo que de forma não oficial de padrões comportamentais transgressivos. A ausência da colonização imediata do novo mundo pelos portugueses permitiu aos que aqui se estabeleceram criar suas próprias formas de interação social e seus meios de sobrevivência em terras distantes da vigilância real. No momento da colonização efetiva deste território e fez

necessária certa diplomacia para controlar e subjugar os diferentes povos que resultaram na formação da sociedade colonial.

Diante das características abordadas a respeito da mulher no período colonial percebe-se que mesmo diante das situações adversas à sua liberdade de expressão a mulher a tudo reagia utilizando a seu favor os próprios artifícios e discursos criados para acentuar a sua subordinação. A Igreja a medicina e outras instituições almejavam deter o poder circunscrito ao corpo e espírito femininos obtendo sucesso em algumas situações, porém algumas situações em que a vigilância e a rigidez nos costumes se excediam as mulheres reagiam.

ABSTRACT

The present article aims to problematize the role of exclusion of women in the colonial context of the seventeenth century, in light of the analysis of the different discourses that sought to normalize female sexuality highlighting the issue of women during the period analyzed. Initially the female representation in the History of Brazil was contextualized, addressing the main reasons that contributed to the silence around the female historical accounts. Soon after, there was discussion about the innovations in the field of historiography by the action of different theoretical-methodological currents, with the intention of proposing better ways of including women in the historical process. Another question addressed was the condition of the same in the colonial context according to its social class.

Keywords: Woman; Colonial period; Sexuality.

REFERÊNCIAS

Fonte:

Arquivo: Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Bahia, Luiza da Fonseca

Cota: AHU_CU_005-02, Cx... 32, D.4099- 4001.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre os prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil. Lisboa, 30 de janeiro de 1696.

Documento transcrito por: Anderson Pereira dos Santos

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Intimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DEL PRIORE, Mary (org). BASSANEZI, Carla (Cord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Magia e medicina na colônia: o corpo feminino**. In: DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Mulheres**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBY, Georg; PERRO, Michele. **História das Mulheres do ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia Brasileira**. In: Silvia, Zélia (org). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Historiografia das Mulheres no Brasil**. Politéia: Hist. E soc. Vitória da Conquista, v.8, n1, p. 223-231, 2008.

SCOOT, J. **História das Mulheres**. In: BURKER, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. P. 63-96.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das mulheres e História Social**. Revista cadernos Pagu (3) 1994; p. 29-62.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro 2. Ed- Nova Fronteira, 1999.

NOTAS

¹ CONSULTA do Conselho Histórico Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre os prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil. Lisboa, 30 de janeiro de 1696. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Bahia, Luiza da Fonseca, Folha 06.

² CONSULTA do Conselho Histórico Ultramarino ao rei [D. Pedro II] sobre os prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil. Lisboa, 30 de janeiro 1696. Arquivo Histórico Ultramarino Brasil, Bahia, Luiza da Fonseca, Folha 06

³ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre os prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil. Lisboa, 30 de janeiro 1696. Arquivo Histórico Ultramarino Brasil, Bahia, Luiza da Fonseca, Folha 06

⁴CONSULTA do Conselho Histórico Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre os prejuízos temporais e espirituais que resultam do luxo com que se vestem as mulatas, negras e mamelucas da Bahia e de todo o Brasil. Lisboa, 30 de janeiro de 1696. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Bahia, Luiza da Fonseca. Folha 07